O BRICS diante da Guerra no Irã: soberania sanitária e os limites da alternativa à ordem global

Los BRICS frente a la guerra de Irán: soberanía sanitaria y los límites de una alternativa al orden mundial

BRICS in the face of the Iran War: health sovereignty and the limits of an alternative to the global order

Hiago Albuquerque e Claudia Hoirisch

Resumo: Este artigo analisa os desdobramentos do conflito de 2026 entre o eixo EUA-Israel e o Irã, questionando o papel e a efetividade do BRICS como alternativa à ordem mundial vigente. A partir do anúncio do cessar-fogo e da mediação estratégica chinesa, o texto explora como a resiliência iraniana expôs a fragilidade do vetor militar estadunidense como ferramenta de coerção absoluta. Contudo, o foco central recai sobre o "silêncio do BRICS": por que um bloco que reivindica a reforma da arquitetura internacional permaneceu paralisado diante da agressão a um de seus Estados-membros? A análise aponta que o princípio do consenso, somado às rivalidades internas importadas pela expansão recente e ao nacionalismo pragmático da Índia, transformou-se em um mecanismo de imobilismo diplomático. O texto também detalha os impactos sistêmicos da guerra no setor da saúde, destacando como o bloqueio de Hormuz e ataques a indústrias farmacêuticas exacerbam as vulnerabilidades da soberania sanitária do Sul Global, incluindo o Brasil. Conclui-se que o BRICS enfrenta uma encruzilhada de relevância: para consolidar uma ordem multipolar, o grupo precisa superar sua fragmentação interna e transitar de um fórum técnico para um ator geopolítico coeso, capaz de garantir autonomia tecnológica e segurança para as nações em desenvolvimento.

Palavras-Chave: BRICS. Soberania sanitária. Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo. Centro de P&D de Vacinas do BRICS. Sul global. Multipolaridade.

Resumen: *Este artículo analiza los desdoblamientos del conflicto de 2026 entre el eje EE. UU.-Israel e Irán, cuestionando el papel y la efectividad de los BRICS como alternativa al orden mundial vigente. A partir del anuncio del cese al fuego y la mediación estratégica china, el texto explora cómo la resiliencia iraní expuso la fragilidad del vector militar estadounidense como herramienta de coerción absoluta. No obstante, el enfoque central recae en el "silencio de los BRICS": ¿por qué un bloque que reivindica la reforma de la arquitectura internacional permaneció paralizado ante la agresión a uno de sus Estados miembros? El análisis señala que el principio del consenso, sumado a las rivalidades internas importadas por la expansión reciente y al nacionalismo pragmático de la India, se ha transformado en un mecanismo de inmovilismo diplomático. El texto también detalla los impactos sistémicos de la guerra en el sector salud, destacando cómo el bloqueo de Hormuz y los ataques a industrias farmacéuticas exacerban las vulnerabilidades de la soberanía sanitaria del Sur Global, incluido Brasil. Se concluye que los BRICS enfrentan una encrucijada de relevancia: para consolidar un orden multipolar, el grupo necesita superar su fragmentación interna y transitar de un foro técnico a un actor geopolítico cohesivo, capaz de garantizar autonomía tecnológica y seguridad para las naciones en desarrollo.*

Palabras clave: *BRICS. Soberanía sanitaria. Coalición Global para la Producción Local y Regional, Innovación y Acceso Equitativo. Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas de los BRICS. Cooperación Internacional. Sur global. Multipolaridad.*

Abstract*: This article analyzes the developments of the 2026 conflict between the US-Israel axis and Iran, questioning the role and effectiveness of BRICS as an alternative to the current world order. Following the ceasefire announcement and China's strategic mediation, the text explores how Iranian resilience exposed the fragility of the American military vector as a tool of absolute coercion. However, the central focus lies on the "silence of BRICS": why did a bloc that calls for the reform of international architecture remain paralyzed in the face of aggression against one of its member states? The analysis suggests that the principle of consensus, combined with internal rivalries imported through recent expansion and India's pragmatic nationalism, has turned into a mechanism for diplomatic stagnation. The text also details the systemic impacts of the war on the health sector, highlighting how the blockade of the Strait of Hormuz and attacks on pharmaceutical industries exacerbate the vulnerabilities of health sovereignty in the Global South, including Brazil. It concludes that BRICS faces a crossroads of relevance: to consolidate a multipolar order, the group must overcome its internal fragmentation and transition from a technical forum to a cohesive geopolitical actor, capable of ensuring technological autonomy and security for developing nations.*

Keywords: *BRICS. Health sovereignty. The Global Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access. BRICS Vaccine R&D Center. International cooperation. Global south. Multipolarity.*

Panorama da Guerra no Irã: atores e agendas envolvidos

O anúncio do cessar-fogo em 7 de abril de 2026 encerrou pouco mais de um mês de hostilidades entre o eixo liderado por Estados Unidos e Israel contra o Irã, mas a calmaria atual ainda não dissipa as incertezas sobre uma paz duradoura. A proposta de Teerã, chancelada pelo presidente Donald Trump, evidencia a manobra estratégica iraniana de reescrever os termos do acordo após demonstrar controle efetivo sobre o Estreito de Hormuz. Essa aceitação marca um contraste com a postura inicial de Washington, que apresentava cinco pontos adicionais exigindo, na prática, a capitulação iraniana. O desfecho foi influenciado por uma pressão diplomática intensa, destacando-se a mediação do Paquistão – que atuou diretamente como *proxy* da China[1] duas horas antes do prazo fatal estipulado pela Casa Branca, sob ameaça de uma escalada genocida.

Contudo, a viabilidade desse pacto é ameaçada por imbróglios persistentes, como a continuidade da ofensiva israelense em Beirute sob a justificativa de que o Líbano não integra o acordo original. Somam-se a isso as narrativas contraditórias entre Washington e Teerã sobre o direito de enriquecimento de urânio durante a trégua, o que levanta dúvidas se o conflito realmente findou ou se as partes apenas recalibram forças para novas rodadas de combate.

A resiliência demonstrada pelo governo iraniano surpreendeu analistas e o próprio polo EUA-Israel, que operava com a expectativa de uma vitória política e militar fulminante em apenas quatro dias.

[1] O papel central da China na mesa de negociações foi admitido pelo próprio presidente Trump.

Embora tenha se autoproclamado vencedor, Donald Trump sai do episódio com sua imagem desgastada, uma vez que a consecução dos objetivos políticos estadunidenses não foi plenamente alcançada. A resistência iraniana expôs vulnerabilidades críticas no sistema de defesa dos Estados Unidos, anteriormente promovido como uma garantia absoluta de segurança para os aliados do Golfo. Se por um lado o Irã não conseguiu neutralizar totalmente as incursões aéreas em seu território, por outro demonstrou um poder de fogo capaz de impor danos simétricos e de alterar a dinâmica regional ao, primeiramente fechar o Estreito de Hormuz e, posteriormente controlar, mantendo a passagem aberta apenas para nações aliadas. Ao focar na sobrevivência institucional, Teerã foi efetiva; apesar da destruição de infraestruturas críticas e militares e, o transbordamento do teatro de operações alcançado impactos em infraestruturas civis, o país emerge moralmente fortalecido por resistir e ditar condições à maior potência do globo.

Em última análise, o conflito reafirmou que esta guerra é um evento indissociável da política e da economia, testando ao limite a estabilidade das instituições da ordem mundial e impactando severamente as cadeias produtivas do setor petroquímico. O desdobramento mais significativo, entretanto, reside no declínio do vetor militar como ferramenta de coerção absoluta dos EUA. A incapacidade de salvaguardar aliados e garantir a livre navegação marítima – uma prerrogativa dos EUA mantida desde a Segunda Guerra Mundial – ensejou na declaração conjunta de ceticismo e preocupação assinada por líderes europeus (França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Espanha, Conselho Europeu, Comissão Europeia) e Canadá.

Um ator silencioso deste conflito, a China, também sai fortalecido. Para além do reconhecimento expressado pelo próprio Donald Trump de que a China foi peça importante na mesa de negociações, a China possui interesses estratégicos diretos com o Irã.

Para Elias Jabbour, a estratégia adotada pela China de “jogar parado” é suficiente. Como cunhado por Napoleão, a máxima “nunca interrompa o seu inimigo quando ele estiver cometendo um erro” requer ao menos dois pré-requisitos que a China atende: ser uma potência militar consolidada e gozar de autonomia tecnológica absoluta. Tais condições permitem a China observar o esgotamento de recursos financeiros e tático-operacionais pelos EUA. Os estrategistas chineses interpretam o declínio econômico e a perda de foco estratégico do Ocidente como evidências de uma derrota já consumada. Ao adotar a imobilidade como ferramenta de poder, a China transforma as crises externas em janelas de oportunidade para consolidar sua liderança global e acelerar o desenvolvimento de tecnologias sensíveis.

Especificamente, a relevância estratégica do Irã para a China vai muito além de contratos de petróleo; trata-se de um pilar central na estratégia de Pequim para redesenhar o equilíbrio de poder global. A importância estratégica do Irã para o projeto da Nova Rota da Seda vai muito além de uma simples parceria comercial. Sob a perspectiva chinesa, o país persa representa um elemento vital que sustenta sua autonomia geopolítica frente ao Ocidente. Ao oferecer uma rota terrestre e marítima que foge ao controle das frotas dos EUA, o Irã garante o fluxo de mercadorias e recursos chineses. Esta seria a expressão do velho sonho de uma integração euroasiática, uma rota de mais de 10 mil km que atravessa o Cazaquistão e o

Turcomenistão[2]. Projetos de infraestrutura deste tipo vêm sendo realizados na América Latina também.

O Impacto da Guerra ao Setor da Saúde

O conflito no Oriente Médio e as sanções impostas ao Irã geram impactos profundos e multifacetados no setor da saúde, afetando desde o atendimento local até a cadeia global de suprimentos médicos, incluindo o Brasil. Os principais impactos são referentes aos ataques diretos à infraestrutura de saúde e farmacêutica no Irã. Estados Unidos e Israel bombardearam a farmacêutica iraniana Tofigh Daru, uma das maiores do país, responsável por produzir insumos essenciais para medicamentos contra o câncer, doenças cardiovasculares, além de anestésicos e imunomoduladores e o Instituto Pasteur do Irã, membro ativo do Centro de P&D de Vacinas do BRICS. A infraestrutura hospitalar sofre ainda com quedas de energia, escassez de médicos (que fogem das áreas de conflito) e cortes de internet que paralisam a telemedicina.

Há ainda risco de morte para pacientes crônicos devido à escassez de medicamentos ao passo que cirurgias estão sendo adiadas e pacientes com doenças crônicas (como câncer, esclerose múltipla, diabetes etc.), correm riscos devido à interrupção de seus tratamentos.

Ademais, representa ainda uma ameaça à cadeia global de suprimentos e impacto direto no Brasil. Ao afetar as rotas logísticas, a produção de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) na Índia fica igualmente em xeque. Além de precisar utilizar rotas alternativas, a alta dependência do mercado externo com importações em torno de 85% a 95% dos IFAs que utiliza, majoritariamente da Ásia, revela as vulnerabilidades da soberania sanitária brasileira.

Recentemente, as iniciativas de *reset* nos programas, projetos e estratégias no âmbito do Sistema das Nações Unidas apontam para a transferência do protagonismo para instâncias locais dos países assolados por conflitos, crises, turbulências econômico sociais, desastres e pelo subdesenvolvimento. Todavia, uma verdadeira localização significaria a construção da capacidade de respostas a emergências do próprio Sul Global, vinculado à autonomia produtiva e tecnológica para superar as suas próprias crises.

Iniciativas para garantir insumos farmacêuticos em tempos de guerra e pandemias

O fechamento do Estreito de Hormuz, devido a guerra dos EUA-Israel contra o Irã, está prejudicando significativamente o recebimento de insumos farmacêuticos da Índia e da China pelo Brasil. 40% do petróleo mundial passa por Hormuz. Além de ser o motor do transporte internacional, essa rota conecta o Golfo Pérsico à Índia e à China, dois dos principais fornecedores de insumos farmacêuticos para o Brasil.

Com o recente aumento das tensões, essa rota tem sofrido interrupções, afetando a cadeia de suprimentos farmacêuticos e aumentando os custos de transporte (seguro e pedágio

[2] A integração euroasiática está sendo fortemente impulsionada por novas rotas ferroviárias e multimodais que atravessam o Cazaquistão e o Turcomenistão, conectando a China ao Irã, ao Mar Cáspio e à Europa. Uma das principais iniciativas ferroviárias planejadas envolve uma rota de aproximadamente 10 mil km, destinada a otimizar o transporte de cargas entre o leste asiático e o Golfo Pérsico.

marítimo cobrado pelo Irã [3, 4]), além de bloqueios de navios, forçando indústrias a procurarem rotas alternativas ou enfrentarem atrasos na entrega de insumos essenciais.

Apesar de a indústria farmacêutica brasileira já ter uma operação robusta no país, o Brasil importa 90-95% dos insumos farmacêuticos ativos (IFAs). No curto prazo, isso pode significar medicamentos mais caros ou dificuldade de abastecimento.

Uma medida para evitar futuros riscos de desabastecimento é o fortalecimento do mercado produtivo nacional.

Nesse sentido, iniciativas como a Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, capitaneado pelo Brasil na presidência rotativa do G20 em 2024 e que ganhou corpo com a secretaria executiva da Fiocruz, lançada em 2026 e o Centro de P&D de Vacinas do BRICS, funcionariam como boas soluções, especialmente durante guerras e epidemias.

Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

Uma das propostas do Brasil durante sua presidência rotativa do G20 foi a criação da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo (CGPLR), com o objetivo de atender às necessidades de P&D.

A iniciativa foi lançada na 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em maio 2025 e surgiu de um compromisso de superar as desigualdades em saúde expostas pela pandemia de Covid-19, avançando a proposta de um novo modelo de produção e acesso à inovação para tecnologias essenciais de saúde, como vacinas, terapias e diagnósticos, para doenças negligenciadas e para pessoas que vivem em condições vulneráveis globalmente, especialmente na ALC, e países em desenvolvimento (PEDs).

O mecanismo melhora o fornecimento e o acesso a insumos de saúde em tempos de crise, ao descentralizar a produção, reduzir a dependência de poucos países, fomentar a transferência de tecnologia e financiar o desenvolvimento local. Busca tecnologias de saúde prontas e em estágio avançado que possam entregar capacidade de fabricação concreta em PEDs em até cinco anos.

A Coalizão é composta por governos, organizações internacionais, organizações regionais de integração econômica, e parceiros-chave.

O Comitê Gestor é composto por Brasil*, Rússia, China, África do Sul*, União Africana, Indonésia*, Turquia*, Reino Unido*, França*, Alemanha* e União Europeia*[5].

O Comitê Consultivo, por sua vez, é composto pelo Ministério da Saúde e de Fiocruz, representantes da OMS, UNICEF, UNAIDS, Unitaid, CDC África, CEPI (Coalizão para Inovações em Preparação Epidêmica), Rede Internacional de Fabricantes de Vacinas em Países em Desenvolvimento (DCVMN), Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi),

[3] O Parlamento do Irã aprovou a cobrança de pedágios para navios que transitam pelo Estreito de Hormuz, visando explorar seu controle estratégico sobre uma rota que transporta cerca de 20% do petróleo mundial. Taxas de até US$ 2 milhões por viagem têm sido exigidas, de forma pontual, por intermediários da Guarda Revolucionária para garantir passagem segura.

[4] https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2026/03/31/parlamento-iraniano-aprova-pedagio-para-navios-que-transitam-pelo-estreito-de-ormuz.ghtml

[5] Os países marcados com asterisco são membros-fundadores

FIND, GAVI, a Aliança de Vacinas, Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA), Instituto Internacional de Vacinas (IVI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Rede Pasteur, Colaboração Regionalizada de Fabricação de Vacinas (RVMC), The Global Fund, Wellcome Trust, Fundação Gates, Médicos Sem Fronteiras, Secretariado Internacional de Preparação para Pandemias (IPPS), Banco dos BRICS e Banco Mundial.

Lançou recentemente a Primeira Convocatória Pública de Propostas[6], focada na dengue como um desafio prioritário em saúde global diante de surtos crescentes e cada vez mais complexos da doença. A chamada busca identificar projetos capazes de fortalecer as capacidades produtivas locais e regionais e de enfrentar assimetrias estruturais persistentes em pesquisa, desenvolvimento, manufatura e acesso.

Centro de P&D de Vacinas dos BRICS

O Centro de P&D de Vacinas dos BRICS se baseia em um compromisso contínuo com a ação coletiva, remontando suas origens à X Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, em 2018[7]. Naquela ocasião, os líderes demonstraram sua primeira inclinação para estabelecer mecanismos de cooperação relacionados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) de vacinas.

Esse ímpeto foi mantido em reuniões subsequentes. Por exemplo, a Declaração de Moscou de 2020 incentivou a operacionalização oportuna e eficaz do Centro de P&D de Vacinas BRICS. Em 2021, a Declaração de Nova Délhi saudou o progresso alcançado em direção a um lançamento virtual.

Os cinco países originais do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul[8]) chegaram a um consenso ao designar instituições nacionais de destaque para representá-los no Centro. O Instituto de Tecnologia em Imunológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz) foi nomeado como o centro nacional brasileiro.

O lançamento virtual do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, ocorreu em 22 de março de 2022, liderado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China. Durante este evento, os centros nacionais propuseram uma "Iniciativa para Fortalecer a Cooperação em Vacinas e Construir Conjuntamente uma Linha de Defesa contra a Pandemia" (*Initiative to Strengthen Cooperation on Vaccines and Jointly Build a Defense Line Against Pandemic*)[9], solidificando uma plataforma significativa para a preparação e a soberania tecnológica entre os países-membros.

Em 2024, durante a Presidência *pro tempore* da Rússia, o Centro avançou ainda mais suas atividades ao propor uma plataforma eletrônica voltada para intensificar conexões entre os participantes. Esse esforço foi refletido na Declaração resultante da 14ª Reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS, onde a Rússia apresentou o Banco Eletrônico de P&D (e-R&D-Stock). Esse mecanismo é dedicado ao intercâmbio digital, projetado para fomentar projetos de colaboração científicos e tecnológicos. Busca conectar diversas partes interessadas do

[6] https://globalcoalitionforlocalproduction.org/projects/
[7] X BRICS Summit – Johannesburg Declaration – 27.07.2018. Acesso em 22.10.2025. https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/10th-brics-summit-johannesburg-declaration-july-27-2018
[8] Ingressou posteriormente.
[9] Online Launching Ceremony of the BRICS Vaccine R&D Center and Workshop on Vaccine Cooperation Successfully Held. https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/dtxw/202203/t20220323_10654696.html

ecossistema de vacinas, incluindo instituições de pesquisa, desenvolvimento e produção, para possibilitar o compartilhamento de competências, disseminação de informações sobre projetos de inovação e serviços de prestação de consultoria. Suas principais funcionalidades focam principalmente em otimizar a colaboração em P&D, nos estudos clínicos e pré-clínicos, na transferência de tecnologia e em atividades da cadeia de suprimentos.

Sob a presidência de turno do Brasil em 2025, o Ministério da Saúde brasileiro, junto com Bio-Manguinhos/Fiocruz, propuseram quatro objetivos principais para avançar significativamente nas atividades do Centro: prosseguir as discussões e elaborar uma estrutura para o Repositório Eletrônico de P&D (*e-R&D-Hub*, na sigla em inglês); estimular parcerias bilaterais e cooperação com outras Redes BRICS (tais como as de Tuberculose, de Doenças Socialmente Determinadas e Agências Reguladoras), enfatizando o alinhamento com a Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo; promover o engajamento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para estabelecer uma estratégia de mobilização de recursos para iniciativas de vacinas e de biotecnologia dos BRICS; e conduzir o Centro em direção a uma estrutura operacional concreta, levando em conta a expansão dos membros do grupo.

Em 2025, o Centro realizou três reuniões amplas. O primeiro encontro, em março, buscou reunir um entendimento compartilhado sobre o funcionamento dos sistemas de saúde dos países, com foco em calendários vacinais e acesso à vacinação; a perspectiva da Organização Mundial da Saúde sobre possíveis contribuições dos BRICS à saúde global; e os mecanismos operacionais e potencial apoio do NBD ao Centro de Vacinas, enfatizando uma abordagem equilibrada em relação aos requisitos para conduzir a criação do e-R&D-Hub.

A segunda reunião, em maio, teve como temas principais: aprimorar a cooperação entre os membros do Centro baseado em oportunidades previamente identificadas; fortalecer a integração com outras iniciativas de saúde dos BRICS (Rede de Pesquisa de TB, Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas e cooperação entre agências reguladoras); avançar na proposta para o estabelecimento do e-R&D-Hub, e discutir oportunidades para apoiar as atividades do Centro – incluindo a elaboração de propostas de parágrafos da declaração ministerial para destacar as prioridades e aspirações do Centro.

Finalmente, a terceira reunião em setembro focou no aprofundamento das bases necessárias para a consolidação e futuras atividades do Centro. As discussões incluíram uma atualização do progresso do Grupo de Trabalho do e-R&D-Hub, uma revisão da estrutura de governança do Centro (originalmente proposta pela China em 2022) para adaptá-la junto aos novos membros do BRICS, e o compartilhamento de informações sobre os resultados da Reunião das Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos do BRICS.

Além disso, a reunião deu início a uma discussão sobre a proposta de um projeto dedicado de uma vacina BRICS, identificando a tuberculose como o primeiro alvo potencial. A sessão terminou com uma valiosa troca de experiências sobre regulação em P&D, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e financiamento de infraestrutura, com apresentações dos principais *players* da indústria que integram o Centro.

Ao longo de 2025, os países-membros do BRICS concordaram em estabelecer oficialmente um Grupo de Trabalho (GT) para operacionalizar a iniciativa. Este GT se reuniu mensalmente desde junho de 2025, concentrando-se na resolução de desafios operacionais e legais necessários para o lançamento da plataforma digital. Uma conquista-chave foi a finalização e o acordo dos Termos de Referência em outubro de 2025. Este documento define o escopo e os mandatos do Grupo, uma estrutura formal de governança, incluindo a criação de

um Comitê Diretor, um Conselho Consultivo, e uma Secretaria. Ademais, prevê-se a definição de três status distintos de participação, a saber: Membro, Ingressante e Observador. Outras questões de destaque nas discussões lançam luzes para a resolução de questões críticas como a garantia de um modelo de financiamento sustentável, o estabelecimento de políticas para propriedade intelectual e segurança de dados, e a salvaguarda da interoperabilidade técnica entre os sistemas dos países-membros. As entregas futuras para o GT incluem a elaboração de um plano de ação operacional, incluindo o desenvolvimento de uma Política de Governança de Dados, uma Política de Propriedade Intelectual e uma Proposta Orçamentária e de Mobilização de Recursos para garantir o suporte necessário para a implementação completa da plataforma.

Neste pano de fundo alguns questionamentos surgem: o ataque ao Irã representa também um ataque ao BRICS ou uma ofensiva dentro de uma estratégia maior para minar o crescimento da China?

No que tange ao BRICS, vale destacar que as suas iniciativas, sobretudo sob a instrumentalização do NDB, visam mais que uma distribuição equitativa de recursos financeiros entre os membros. O BRICS é um bloco político que possui inúmeras diferenças e contradições entre os seus membros, mais exacerbada ainda a partir da expansão em 2023. Contudo, representa também a necessidade de que, apesar das contradições, os países membros enfrentam problemas comuns ainda mais profundos. O surgimento do grupo é, portanto, um projeto político-econômico multipolar que almeja reduzir a influência e a dependência assimétrica das instituições financeiras ocidentais de Bretton Woods – comumente enxergada como uma máquina de guerra para satisfazer os interesses das grandes potências ocidentais.

Um relevante exemplo que ganha materialidade desta tentativa de mudar o jogo é o gradual uso do yuan chinês em transações intra-BRICS, que já ultrapassa o dólar. De igual forma, destaca-se o recente estabelecimento de um sistema de pagamentos *BRICS Pay.*

Com isso, se o ataque ao Irã representou um ataque ao BRICS, por que o bloco não orquestrou algum tipo de resposta conjunta?

O silêncio do BRICS representa o maior desafio do grupo, que nasceu com a promessa de contestar o domínio ocidental e proteger a soberania dos seus membros. Observar o Irã ser agredido sem uma resposta conjunta é, no mínimo, um balde de água fria nas expectativas de quem via no bloco uma alternativa coesa de poder.

Historicamente fundamentado na defesa do multilateralismo e na preservação da soberania estatal, a falta de uma concertação política enquanto grupo revela um hiato entre o discurso de contestação à hegemonia ocidental e a capacidade prática de coordenação política em situações de crise aguda. Esse imobilismo é reflexo direto do princípio do consenso, que rege o funcionamento da organização, transformando o poder de veto informal em um mecanismo de paralisia diplomática.

O processo de alargamento do bloco desde 2023 alterou a composição interna de forças ao integrar atores com interesses antagônicos no Oriente Médio. Ao admitir simultaneamente o Irã e os Emirados Árabes Unidos (EAU) – além da Arábia Saudita na condição de membro participante/pleno[10] –, o BRICS absorveu rivalidades regionais que alcançam a disputa pela

[10] A Arábia Saudita tem participado de reuniões ministeriais e fóruns do grupo, apesar de que fontes tem noticiado que o país tem adotado uma postura cautelosa, participando do grupo sem ter, de fato, ter formalizado totalmente sua adesão.

primazia no mercado petroquímico e pela influência logística. Diferente de episódios anteriores, a retaliação iraniana em 2026 atingiu territórios de outros membros plenos do grupo, impossibilitando a formulação de uma narrativa de condenação unívoca. A necessidade de acomodar as sensibilidades de Teerã e Abu Dhabi em um único documento resultou em um impasse técnico, evidenciando que a diversidade identitária do "BRICS+" pode atuar como um limitador de sua eficácia como fórum de segurança coletiva.

A presidência rotativa da Índia em 2026 adiciona uma camada de complexidade a esse cenário. Sob a administração de Narendra Modi, observa-se uma reorientação estratégica de Nova Délhi, que se afasta da tradicional solidariedade ao Sul Global em favor de uma parceria multidimensional, inclusive aprofundando laços com Israel[11,12,13]. A convergência ideológica entre o nacionalismo hindu e a extrema-direita israelense, reforçada por visitas de Estado de alto nível às vésperas do conflito, retira o incentivo da presidência indiana para mediar uma resposta que seja rigorosa contra o eixo EUA-Israel. Como gestora da agenda do bloco, a Índia exerce uma influência seletiva que privilegia a manutenção de seus novos laços bilaterais em detrimento de uma coesão institucional que poderia isolar seus parceiros estratégicos.

O nacionalismo pragmático da Índia, sob o governo de Narendra Modi, opera sob uma *realpolitik* energética que coloca a segurança nacional acima de qualquer alinhamento ideológico. Ao garantir licenças especiais dos EUA para importar volumes recordes da Venezuela e, ao mesmo tempo, saltar as compras de petróleo russo em 90%, Nova Déli deixa claro que seu papel no BRICS é pautado pela autonomia estratégica. Para o Estado indiano, pouco importa a origem política do recurso; o foco é manter as refinarias operando e a economia protegida após o fechamento do Estreito de Hormuz ter cortado sua principal rota de suprimento.

A guerra do Irã coloca o BRICS em uma encruzilhada de relevância internacional. A dificuldade de emitir um posicionamento[14] sobre a violação do território de um de seus Estados-membros sugere que o bloco enfrenta um desafio de amadurecimento: a transição de um fórum de cooperação econômica para um ator geopolítico efetivo.

Embora o BRICS não seja uma aliança militar e de defesa, este impasse põe em risco a harmonia, inclinando-o para uma possível fragmentação e perda de prestígio perante o Sul Global. Desta forma, sem mecanismos de resolução de conflitos internos e sem uma visão estratégica unificada, o BRICS poderá ver sua influência restringida a esferas técnicas, falhando em consolidar-se como a alternativa pretendida à ordem mundial vigente.

---

[11] A parceria de longa data entre a Índia e Israel evoluiu de um reconhecimento diplomático tardio (1992) para uma Parceria Estratégica Especial. https://www.bbc.com/news/articles/cly14vppym2o

[12] https://www.bbc.com/news/articles/cly14vppym2o

[13] Os dois países concluíram mais de uma dezena de acordos bilaterais, incluindo nas áreas de comércio, agricultura, cooperação econômica, educação, cibersegurança, investimento e exploração espacial.

[14] No ano passado, o Irã foi atacado por Israel e pelos Estados Unidos, sem retaliar contra os seus vizinhos, o que permitiu uma declaração do BRICS criticando os ataques ocidentais. Em suas reuniões de Cúpula, o BRICS sempre declarou apoio ao direito internacional, defendendo que intervenções estrangeiras devem estar sob autorização do Conselho de Segurança da ONU[14]. Desta vez, a retaliação iraniana atingiu o território dos EAU e da Arábia Saudita. Como o BRICS funciona por consenso, sem aprovação de todos os seus Estados-membros, o bloco não se posiciona. Conversações lideradas pela Índia, presidente de turno, estão sendo realizadas na busca por uma declaração conjunta sobre os ataques sofridos pelo Irã, entretanto existe dificuldade na sua obtenção devido à relação que alguns países do grupo têm com o conflito. Essa relação passa diretamente pelo processo de expansão do grupo.

Diante disso, paira a dúvida se o Dilema de Tucídides, que previa que uma potência em ascensão significaria um conflito direto com uma potência já estabelecida devido ao temor pela perda de hegemonia global, será cumprido pela China ou pelo BRICS. Para os estadunidenses, de acordo com a sua Estratégia de Defesa Nacional, publicada em 2026, o seu grande rival são os chineses.

Considerações Finais

Em conclusão, os desdobramentos do conflito de 2026 evidenciam que a disputa pela hegemonia global não se restringe mais ao campo militar, mas se ramifica de forma crítica para as infraestruturas de saúde e as cadeias de suprimento essenciais. Os ataques a alvos estratégicos do Irã e os bloqueios em Hormuz expuseram a fragilidade da soberania sanitária de países como o Brasil, cuja dependência de insumos externos coloca em risco a vida de pacientes crônicos diante de instabilidades geoeconômicas. Nesse cenário, o fortalecimento de iniciativas como a Coalizão Global para Produção Local e o Centro de P&D de Vacinas dos BRICS deixa de ser uma opção diplomática para tornar-se uma necessidade de sobrevivência para o Sul Global.

Por outro lado, o impasse político do BRICS diante da agressão a um de seus membros plenos revela as limitações de um bloco que, ao se expandir, multiplicou suas complexas rivalidades regionais e contradições internas. A paralisia institucional provocada pela ausência do consenso e o realinhamento pragmático de atores como a Índia colocam o grupo em uma encruzilhada de relevância.

Em última análise, se a ordem de Bretton Woods parece esgotada e o vetor militar estadunidense já não garante a segurança absoluta de seus aliados, a nova ordem multipolar ainda carece de mecanismos eficazes de resolução de conflitos internos para se consolidar. O futuro da governança global com maior protagonismo do BRICS dependerá da sua capacidade de transitar de um fórum de cooperação técnica para um ator geopolítico coeso suficiente para garantir que a autonomia produtiva, tecnológica e sanitária não seja apenas um discurso, mas a base de uma estabilidade real para as nações em desenvolvimento.